

IGREJA, SOCIEDADE E POLÍTICA NA REPÚBLICA

*Marcus Vinícius Bezerra de Almeida**

RESUMO: A Igreja Católica em muitos casos é tratada apenas em sua esfera religiosa, ou seja, quando se fala de sua atuação, seus feitos são ligados à fé, ritos e festividades, deixando a sua participação política um pouco esquecida. O objetivo do trabalho seria mostrar um lado católico mais ativo politicamente, levando em consideração as mudanças que ocorrem com a mesma na segunda metade do século XIX e as reformas de Pio IX, que serviriam de base para que a Igreja Católica lutasse veementemente por aquilo que julgava ser contrário a sua fé, interesses e a Deus, além de apresentar e trabalhar ao longo do conteúdo aqui exposto conceitos históricos, mas dando as definições baseadas na visão católica dos mesmos, então será mostrado o que era o *Positivismo* e *Liberalismo* para essa Instituição, assim como as relações controversas entre Igreja e *Maçonaria* e terminado assim com a opinião católica sobre os movimentos messiânicos de *Juazeiro* e *Canudos*. Para exposição dessa visão católica dos fatos, serão utilizados jornais da época União e o Apóstolo, uma vez que, foram um dos meios que mais propagaram essa percepção católica, pautada é claro, sobre os ensinamentos de Pio IX.

Palavras-Chave: Igreja Católica; Liberalismo; Positivismo; Maçonaria; Moralidade; Canudos; Juazeiro.

ABSTRACT: The Catholic Church in many cases are treated only in its religious sphere, that is, when talking about his performance, his deeds are related to faith, rites and festivities, leaving their political participation somewhat forgotten. The objective would be to show a more active Catholic side politically, taking into account the changes that occur with the same in the second half of the nineteenth century and of Pio IX reform, which would form the basis for the Catholic Church vehemently fought for what thought to be contrary to their faith, interests, and to God, and present and work over content displayed here historical concepts, but giving definitions based on Catholic view of the same, then it will be shown what was Positivism and Liberalism for this institution as well as the controversial relations between Church and Freemasonry and finished well with the Catholic view of the messianic movements of Juazeiro and Canudos. To display this Catholic view of the facts, newspapers União and the Apóstolo will be used, since, been one of the means more spread this Catholic perception, based of course on the teachings of Pio IX.

Keywords: Catholic Church; Liberalism; Positivism; Masonry; Morality; Canudos; Juazeiro.

* Pós-Graduando em História Social e Cultura na FIC – Faculdade Integradas Campograndense/ e-mail: marcus_almeida02@hotmail.com.

Com a Revolução Francesa, muitas coisas ocorreram na Europa, uma nova onda de pensamentos pregando a emancipação do homem foi bastante propagada dentro da sociedade europeia e com isso trouxe bastante mudança no seu convívio social e principalmente religioso, uma vez que essas ideias batiam de frente com os ideais religiosos.

Sendo assim, temos o surgimento da doutrina ultramontana, que seria uma forma de combater esses ideais uma vez que estavam consolidando-se ainda mais dentro da sociedade europeia e também dentro da própria Igreja. Aqui no Brasil, essas ideias também estavam bastante tempo borbulhando, como o caso do *liberalismo*, que ganhou mais força com a independência do Brasil feita por D. Pedro I, mais tarde temos o Positivismo, ainda sem muita força no período monárquico, além da questão matrimonial, que sempre foi um problema quando se tratava de *divórcio* ou *secularização do casamento* e o grande “mal” no período monárquico, que seria a *maçonaria*.

Então, temos uma Igreja que tenta se fortalecer, uma vez que dentro do seu próprio meio essas doutrinas antirreligiosas, segundo a visão católica, estavam encantando muitos dos clérigos, então a Igreja precisava de uma reforma para que Deus pudesse ser novamente o centro de tudo.

No Período Republicano temos o mesmo processo, uma vez que esse “mal” continua durante a História do Brasil, então, essas lutas passam a ficar mais vorazes e a todo instante são associadas assim como na Monarquia com a imoralidade, com o pecado, com o desagradar a Deus. Então o papel da Igreja era alertar aos seus fiéis sobre esse mal, pedindo em inúmeras vezes para que seus leitores tomem uma posição frente a esse “maligno” que vinha correndo toda a sociedade, então temos uma Igreja que luta além pelos seus interesses, o que seria também uma luta pelo interesse da população, uma vez que ela estava sobre esse julgo horrível desses males que estavam sendo impostos dentro da sociedade brasileira.

No Brasil, esse pensamento Ultramontano surge já na segunda metade do século XIX, causando grandes mudanças dentro do corpo religioso, uma vez que, segundo José Murilo de Carvalho.

Muitos clérigos se envolviam em negócios comprando fazendas e escravos, vivendo em concubinato e participando ativamente na política. Quer isto dizer que boa parte do clero era formada de elementos locais, com educação precária, embora sem dúvida acima da média. (CARVALHO, 207, p.183)

Sendo assim, além de uma maneira de combater os ideias subversivos propagadas pela Revolução Francesa, não deixava de ser uma forma de reparar o que está de errado e corrompido dentro da Igreja Católica. A principal preocupação ultramontana seria com uma restauração dessa Igreja e de seus membros eclesiásticos, já que o que estava permeando esses padres seria segundo ainda José Murilo de Carvalho “A tônica geral da participação dos padres, sobretudo dos mais ilustrados, era dada pelo ideário das revoluções Francesa e Americana, notadamente no que dizia respeito ao combate ao absolutismo, à defesas de liberdades políticas e da democracia” (CARVALHO, 2007, p.183) Além disso, José Murilo de Carvalho ainda pondera que: “Já mencionamos a presença constante de padres, ao lado de médicos, nas sociedades secretas e academias no final do século XVIII e início do século XIX. Nelas predominavam ideias francesas.” (CARVALHO, 2007, p.184)

1. Igreja a República

A Igreja Católica, durante esse período o Republicano, tendo como base o que estava acontecendo na Europa, precisamente na França, tinha certo temor das medidas de separação e restrições ao poder clérigo, uma vez que, na França, se travava uma luta entre os direitos eclesiásticos e republicanos. No Brasil, portanto, a Igreja Católica não deixou de se posicionar, deixando claro para seus fiéis o mal que representava esse regime, como fica claro nesse trecho retirado do jornal *O Apóstolo* em 1880.

Os exemplos de desrespeito á lei, á autoridade, á justiça, são diários, e a impunidade, que é resultado da corrupção que nos consome, mais anima os autores e fautores da nossa decadencia social.

Não ha muito, commetteu-se um crime na freguezia de S. Vicente Ferrer, para o qual contribuíram autoridade policiaes; entretanto, ninguem vio ainda medidas para reprimil-o.

Este crime é consequencia das doutrinas que nas camaras se prégam e repetem na impresa livre de todo o Impéri, o prenuncio das calamidades da communa.

A impresan a que nos referimos só tem louvores para o mal; e tanto é verdade isto, que nem uma palavra articulou ainda contra esse casamento nullo, por ter sido feito contra as leis em vigor, e por consequinte previsto no codigo criminal;

Para onde vamos, senão para o abysmo, se uma muralha não for erguida para resistir aos assaltos do crime e da corrupção?

Ninguem pode estar tranquilo emquanto uma reação vigorosa se não fizer sentir.

A familia está ameaçada no seu proprio lar e exposta aos assaltos dos audaciosos e temerários especuladores, porque se um momento para outro, poderá ser invadida por qualquer escrivão de juiz de paz para lavrar escriptura de casamento civil, expoundo suas filhas a um futuro deshonoroso pela mancebia, que outra cousa não é esse contrato indigno, ainda mesmo que legal seja.

Unan-se os homens de bem, as famílias, que tudo têm a perder, e clamem contra esses attentados á sua honra e a sua dignidade, já que os governos parecem cúmplices delles.

O Brazil é catholico, e para vencer o indifferentismo que assaltou só precisa de uma educação religiosa perfeita; tratemos, pois, tambem disso, guiando a nova geração desde o berço, e os esforços de todos não serão inuteis.

Quem ama o perigo, nelle morrerá. Salvem-se, portanto, os que detestam, promovendo uma resistencia legal e imitando os cathólicos a França no seu louvael procedimento contra as leis do seu governo republicano.

Se não o fizerem, preparem-se para serem victimas immolada á devassidão e á corrupção. (O Apóstolo, 16 de maio de 1880, ano xv, n 54)

Sendo assim, temos uma Igreja Católica que luta contra os ideais republicanos, uma vez que esses ferem seus próprios interesses, que estão pautados ainda sobre a doutrina ultramontana elaborada por Pio IX. Essa animosidade entre República e Igreja Católica se estende até a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, derrubando, assim, a monarquia que já vinha definhando e criando novos pontos de divergência entre Igreja e Estado.

Em novembro, o descontentamento militar tomou ares decididamente golpistas, envolvendo Deodoro e lideranças civis em conspirações republicanas, mas ainda assim o desenrolar final dos acontecimentos não seguiu qualquer plano articulado. Apesar das muitas controvérsias interpretativas sobre o episódio é consenso entre os pesquisadores que boatos de que havia uma ordem de prisão contra ele próprio e Benjamin Constant acabaram por convencer Deodoro que se encontrava em casa com problemas de saúde a liderar tropas sublevadas. Em parada militar, o velho marechal dirigiu-se ao Campo de Santana, e entrando no quartel-general onde estavam reunidos os representantes do governo, destituiu o último gabinete monárquico. (MATTOS, 2012, p.89)

A Proclamação da República, de fato, significou muito para a Igreja Católica, uma vez que ela pôde ser livre, considerando-se as medidas de interferência constante do antigo governo vigente em seu seio, vivendo, assim, a mandos e desmandos do Imperador “Desde o início, os bispos saudaram a República como uma libertação para a Igreja do pesado julgo que até então vinha suportando o Brasil”. (FAUSTO, 1984, p.325). A Igreja, então, passa a reconhecer a sua libertação, mostrando os avanços garantidos a ela no novo regime vigente.

A pastoral coletiva analisa um por um os artigos do decreto de 7 de janeiro de 1890, entendendo que todos esses são convenientes à Igreja; o 1º, porque liberta a ação episcopal e paroquial dos pastores da Igreja da antiga tutela do poder executivo, que não mais, como outrora, diz a *Pastoral*, governará a Igreja, em nome do padroado e da maçonaria; 2º, porque garante aos católicos o direito de não serem interrompidos ou perturbados em suas funções religiosas; 3º, porque garante ação social da Igreja, não limitando sua liberdade somente à esfera individual; 4º, porque devolve o direito de apresentação de bispos, cônegos, vigários e outros funcionários eclesiásticos, de criar ou dividir paróquias e dioceses, com fixação ou modificação de seus respectivos limites, de publicar no país bulas, breves, decisões dos concílios ou soberano pontífice, às legítimas autoridades, revogando a *opressiva legislação do antigo Estado realista, pombalino, josefista*; o 5º porque

garante à Igreja católica e seus institutos a plenitude do direito de propriedade. (JÚLIO MARIA, 1981, p.104)

Mas apesar de toda aceitação ao novo regime, a Igreja Católica também levantava fortes críticas ao governo, uma vez que a ela foi garantido avanços, mas também recuos, segundo a percepção da Igreja Católica aos fatos, começando então pela separação da Igreja e do Estado, que trouxe grande rebuliço e discussão entre as duas esferas “Por outro lado, o decreto de nº119-A do governo provisório de 17 de janeiro de 1890, que abolira o padroado, estabeleceu no Brasil um regime de separação entre a Igreja e o Estado que parecia uma afronta à maioria católica da população” (FAUSTO, 1984, p.325). Seguindo o jornal *O Apóstolo*, podemos compreender um pouco sobre a oposição a essa medida restritiva de separação, levando em conta um protesto de um clérigo ao jornal.

Deos dispensado! Que é isto? Onde irá parar a essa nação brasileira, cujos destinos parecem estar confiados aos positivistas, que querem á força ser atheus?

A separação da Igreja e do Estado denota ingratidão dos que assim pensam e querem desprezar a mai carinhosa!

Um Estado sem Deos é o mesmo que um corpo sem alma”

O Estado é que precisa da Igreja, porque sem temor de Deos, sem a base fundamental da sociedade, a moralidade desaparecerá.

Pela proclamação da república eu fiz minha adesão, porque sempre foi meu pensar, respeitar como dever sagrado as crenças religiosas, tanto que condoia-me de ver meus irmãos em erro. Assim levava minhas fracas suplicas ao Deos das misericórdias para sempre nos amparar e conservar-nos na fé de Deos.

Como Parocho e em nome dos fieis confiados aos meus cuidados protesto contra os decretos que tão profundamente offendem nossas crenças e destroem a moralidade social, como a honra das familias.

O matrimonio como sacramento não póde ser rebaixado á condição de contrato e a torpe comcubinato.

S. José de Paraopeba¹, 17 de Maio de 1890. (O Apóstolo, 28 de maio de 1890, anno xv, n.64, p.3)

Além da separação entre as esferas, Igreja e Estado, temos algo que era de suma importância para Igreja nesse momento, o matrimônio civil, que passa a ser oficial enquanto o religioso passa a não ter direito jurídico algum.

Com seu caráter laicista, a Constituição de 1891 – como reação violenta e imatura diante dos graves inconvenientes e do regalismo imperiais – só reconheceu, no âmbito jurídico nacional, a validade e a eficácia do casamento civil (Art. 72 § 4.º, da Constituição de fevereiro de 1891). O matrimônio religioso foi considerado um simples fato desprovido de efeitos jurídicos.

A partir daquele momento estabeleceu-se um ruptura entra a realidade social – que aceitava o casamento canônico como verdadeiro matrimônio – e o ordenamento jurídico civil que o reputava simplesmente inexistente. (CIFUENTE, 1989, p. 251-252)

¹ Cidade de Minas Gerais

Então, contra essa medida, temos a Igreja Católica posicionando-se contra essa determinação do novo governo, uma vez que para ela, estaria ferindo as questões religiosas, como observa-se no jornal *O Apóstolo*.

O casamento foi confiado a guarda da Igreja; poder constantemente exercido pela Igreja, a sabedoria da legislação sobre o casamento.

Os inimigos da Redempção e os philosophos naturalistas perverteram completamente a noção do casamento, tirando-lhe o seu carácter religioso.

Quizeram attribuir ao Estado todo o poder sobre o casamento. A Igreja, disseram, usurpára o poder ou o exercera pela tolerancia dos príncipes seculares. – Casamento civil.

Esta doutrina é falsa; o casamento está sujeito á Igreja como cousa sagrada e como Sacramento. Provas históricas contra a pretendida delegação do Estado. A separação entre o contrato e o Sacramento não tem valor. Esta doutrina é não só falsa, como também perniciosa. Benefícios que se derivam do casamento christão para a sociedade domestica e civil. (*O Apóstolo*, 21 de março de 1880, anno vx, n. 32, p.2)

Sendo assim, fica-se claro que apesar da Igreja ter grandes avanços com a instauração do novo governo, ela teve recuos, uma vez que teve Estado e Igreja foram separados e ela já não era mais a religião oficial do país.

2. Os Males para o Catolicismo

Além dos entraves entre Igreja e Estado, outra luta não deixava de ser travada, que era a batalha contra o positivismo, uma vez iniciado no período imperial pela doutrina Ultramontana e que ganhou mais forma e força com o novo regime.

A partir do controle da Igreja, Miguel Lemos e, depois dele, seu alter-ego Teixeira Mendes, como chefes da Igreja e apóstolos da Humanidade, desenvolveram intensa atividade de proselitismo e propaganda das idéias positivistas. Publicaram centenas de folhetos e de artigos em jornais. Organizaram várias celebrações cívicas, conferências, desfiles, construíram monumentos. Nos folhetos e nos artigos de jornal – contrariando prática generalizada da época que admitia o anonimato –, os dois chefes e todos os adeptos não apenas assinavam o nome como forneciam o endereço, a data e o local de nascimento, seguindo mais uma popular regra de Comte, a de “Viver às claras”. (CARVALHO, 2007, p.3)

Esse pensamento positivista, agora também em forma de religião, também foi condenado enquanto pensamento filosófico e político, como observa-se no jornal *A União*², que partindo da mesma vertente que o jornal *O Apóstolo*, utiliza-se das questões ultramontanas pregadas por Pio IX

Entre os Srs.R. Teixeira Mendes e Dr. Felício dos Santos, este redactor-chefe da União, ottimo órgão do catholicismo e aquelle vice-director da chamada Igreja Positivista do Brasil, uma questão se agida as más curiosa para os

² Utilizo aqui o jornal união em função dos anos de publicação do jornal *O Apóstolo*, que foi catalogado até 1901

estudiosos da filosofia e da sua historia. Trata-se de saber por que razão os positivistas que se inculcam orthodoxos, absolutamente não toleram o nome de Jesus-Christo, nem o incluem como notavel personagem do seu calendario, ao passo que desapaixonados tradicionalistas se mostram com relação a tantos typos historicos, creadores ou fautores de religião.

Em verdade, se no passado vão os positivistas buscar a explanação do presente e se, obedecendo a este pensamento, não trepidam em exalçar seres humanos, alguns com razão estigmatizados pelo juízo da posteridade, como o Francia, do Paraguay, e outros que além de varios defeitos têm o de talvez nunca haverem existido, como Prometheu e Hercules, - não se comprehende essa exclusão do grande modelo histórico ao qual, sejam quaes forem as convicções religiosas ou philosophica dos que apreciam, não se pode negar a gloria de haver transtornado a face do mundo e de ter como a sua apparição, definitivamente partido em duas a série de tempos em nosso planeta. (*A União*, 19 de janeiro de 1913, p.2).

Além do positivismo, uma outra luta nunca deixou de ser travada, que foi a contra o modelo liberal, que se assemelhava, de certa forma, com o pensamento positivista da época.

Os valores associados ao liberalismo: valorização do trabalho, poupança, apego às formas representativas de governo, supremacia da lei e respeito pelas Cortes de justiça, valorização do indivíduo e da sua autonomia, a crença na universalidade dos direitos do homem e do cidadão. (COSTA, 1999, p. 166)

Para a Igreja, esses valores encontravam-se deturpados e confusos dentro seus defensores, e representava um perigo para a Igreja, visto o que vinha ocorrendo na França.

O primeiro liberal conhecido foi Lúcifer. Este pássaro depenado, antes de perder as pennas, pou, melhor, antes de ser demonio, foi anjo; porém anjo aspirante à eternidade. Tal qual Adão no Paraíso. Dotado da faculdade de escolher livremente o bom, quis Deus submettel-o a uma prova de obediencia, para que merecesse uma corda de gloria. Foi isso o seu primeiro fiasco.

Não servirei, disse. Posto que livre, declaro-me liberal, quer dizer independente.

E' preciso advertir que, desde que o mundo é mundo, o enredo do liberalismo consiste em confundir a independencia com a liberdade. Dizem alguns: Deus nos fez livres logo temos direito de fazer o que quizermos.

- Pouco a pouco contesta a Egreja; uma cousa é que Deus os haja deixado livre para obedecer-lhe ou não, e outra e que tenhais o direito de faltar a sua obediencia.

Não para desobedecer-lhe, mereçam para que, obedecendo-lhe mereçam uma coroa, fez Deus livre os homens. Deixou-lhes a possibilidade, porém não o direito de desobediência. (*A União*, 26 de março de 1905, annoI, n.85, p1)

Mas Emilia Viotti atenta para uma questão relevante sobre o liberalismo no Brasil, deixando claro que ele de fato ainda estava confuso e sua aplicabilidade não ia de encontro ao que se pregava, em torno das mudanças que vinham ocorrendo no país.

[...] todos esses dogmas típico do credo liberal tinham dificuldade em se afirmar numa sociedade escravista que desprezava o trabalho manual, cultivava o ócio e ostentação, favorecia os laços de família, afirmava a

dependência, promovia o indivíduo em razão de seus laços de parentesco e amizade em vez de seus méritos e talentos como rezava a Constituição, instituíam o arbítrio, fazia da exceção a regra e negava os direitos do homem e do cidadão à maioria da população. As elites brasileiras não podiam ignorar que o liberalismo nada tinha a ver com a realidade vivida por milhões de brasileiros. Mas atribuíram essa deficiência ao atraso. (COSTA, 1999, p. 166)

Dentro dessa conjuntura, os maçons, que tiveram um papel importante nesses primeiros anos da república, voltam a ser combatidos.

As obras escritas pelo grão-mestre Saldanha Marinho em defesa da República e de crítica à monarquia são expressão intelectual representativa do movimento republicano que, ao lado setores maçônicos, foi composto pelo Partido Republicano, por associações não maçônicas e por variada imprensa defendendo abertamente as mesmas causas. É inegável que os maçons e uma parte da maçonaria estiveram envolvidos na queda da monarquia brasileira. (MOREL, 2008, p.175)

Com a instauração da República, temos uma Maçonaria articulou-se mais e passou a se envolver de forma mais direta nas questões políticas, tendo até mesmo cargos importantes na composição do regime republicano.

A presença maçônica deu-se também nos cargos executivos estaduais. O melhor exemplo é o de São Paulo onde 17 governadores, 13 foram maçons. Do mesmo modo, o número de membros da maçonaria no poder legislativo, das esferas municipais às federais, mostrou-se relativamente grande durante todo o período. (MOREL, 2008, p.181)

Além desse controle sobre alguns cargos importantes, a Maçonaria, passou a se valer de algumas de suas doutrinas. Dentre elas, a mais relevante foi a *Ajuda Mútua*.

Os membros da ordem maçônica aproveitaram-se do prestígio político de seus *irmãos* na busca de favores para instituição ou para si próprios. Como exemplo, temos uma carta da maçonaria do Acre, direcionada ao grão-mestre do GOB³ e então ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha (que no ano seguinte, em 1909, se elegeu presidente da República). Insatisfeitos com um projeto que se encontrava no Senado, referente à unificação da administração do estado do Acre, os maçons argumentavam, conforme publicado no Boletim da GOB, de 1918, que não era demais que eles “venham valer-se do alto prestígio político de seu eminente chefe para conseguir alguma coisa em benefício desta abandonada região.” (MOREL, 2008, p.181)

Essa presença quase que maciça dos maçons no meio político, foi notada pelo jornal *A União*, ao qual faz algumas críticas dessa atuação maçônica no Brasil, que vem ganhando mais e mais espaço trazendo sua imoralidade, segundo a visão católica, e o afastamento de Deus.

O que ainda mais curioso se antolha nos tempos que correm, são as intimidações que ao próprio chefe da Nação ousa fazer uma associação secreta nesse regime de publicidade... Nem estou declamando. Por ocasião dos últimos e vergonhosos sucessos que na capital do Pará asseguraram o poder ao grão-mestre da maçonaria, estamparam as folhas que ao sr.

³ Grande Oriente Brasileiro – ver em: MOREL, Marco. O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.136.

Presidente da República declarou uma comissão de S. Paulo a adesão das potestades maçônicas desse Estado ao facto consummado em pro do sr. dr. Lauro Sodré: e, segundo parece, inutil não foi a expressão dessa vontade, porque, realmente, tudo ali ficou qual o tinham planeado os Filhos da Viúva. (*A União*, 11 de fevereiro de 1917, anno VIII, n.12, p.1)

Além de “males” como o positivismo, liberalismo, casamento civil e a maçonaria, combatidos desde o Período Imperial, também os movimentos messiânicos, iniciados no início da República, foram alvos de ataque da Igreja Católica. Nesta monografia, analisaremos dois deles: Juazeiro e Canudos. Mas antes de dar continuidade ao assunto, se faz necessário esclarecer o que seriam esses movimentos messiânicos. Para tal será utilizado um artigo do Filipe Monteiro⁴.

Para a grande maioria dos estudiosos de origem judaica, a configuração do messianismo, como está nos escritos do Antigo Testamento (A chamada “Bíblia Hebraica”), se deu no chamado período pós - exílico, depois da expulsão dos judeus do antigo reino de Judá para a Babilônia, por Nabucodonosor, em 597-586 a.C. Logo, num tempo em que a dinastia Davídica havia sido extinta e, portanto, o clamor pela restauração nacional era intenso. (MONTEIRO, 2010, p.88)

Para Monteiro, em determinados momentos de tensão, há uma necessidade de restauração, devido à insatisfação sobre algo. Isso pode ser levado para o plano político, uma vez que os movimentos que irão ser debatidos aconteceram no nordeste brasileiro, onde existia uma grande dificuldade econômica, junto a inúmeras práticas assistencialistas.

O autor⁵ procura elencar uma série de movimentos africanos, asiáticos e americanos, incluindo nesse rol os movimentos messiânicos neobrasileiros, em que aparecem Padre Cícero e o Monge João Maria, cabeça-chave do movimento do Contestado (1912-1916). O centro de interesse do livro está nas religiões dos povos que vivem em condições coloniais e semicoloniais e, apesar de evidenciar elementos propriamente religiosos, possui uma entonação marcadamente ideológica, ao enxergar, nas formas de opressão exógenas e endógenas (leia-se: a exploração econômica, a desorganização sociocultura, etc.) os motivos para eclosão de movimentos de “liberdade e salvação.” (MONTEIRO, 2010, p.95)

No o caso de Juazeiro, onde a polêmica inicia-se quando:

Maria de Araújo, uma lavadeira de 28 anos, solteira, beata, residente com a família de Padre Cícero, depois de receber a comunhão, desmaiou e a “Imaculada Hóstia branca que acabava de receber tingiu-se de sangue”. O mistério extraordinário se repetiu seguidamente, primeiro às quartas e às sextas-feiras, depois por 47 dias seguidos. Em julho de 1889, na festa litúrgica do Precioso Sangue, monsenhor Monteiro, reitor do Seminário do Crato, à frente de uma romaria de três mil pessoas, agitou vários panos

⁴ Filipe Pinto Monteiro - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social na UFRJ

⁵ Vittorio Lanternari

manchados de sangue declarando que este saíra da hóstia recebida por Maria de Araújo e que era o próprio sangue de Jesus Cristo (HERMANN, 2010, p.130)

Essa manifestação também foi veiculada nos jornais da época, como foi o caso de *O Apóstolo*, que se coloca em um primeiro momento neutro a toda situação, apenas a espera da averiguação e que se fizesse valer a fé católica sobre os ímpios.

Ainda não se procederam ás averiguações canonicas sobre as maravilhas alli acontecidas; mas o padre Cicero affirma tudo com imperturbavel certeza e desafia a sciencia impia do modo mais solemne.

E' bom que os representantes de toda a imprensa do mundo e corporações scientificas mandem commissões para examinar o factio, que, se fôr natural, será mais uma lição que passarão aos padres, e, no caso de milagre, será um ponto de conversão para todo o mundo.

O caso é muito sério e a impiedade não ha de querer se confessar derrotada sem primeiro brandir com todo esforço suas armas.

Venha, pois, toda sciencia fazer suas excavações e reduzir a bolhas de sabão tão portentosos milagres. (*O Apóstolo*, 25 de dezembro de 1889, anno XXV, n.147, p.3)

Como desfecho desse acontecimento em Juazeiro, temos um padre condenado pela Igreja e sua excomunhão. Sendo assim, ele passa a ser impedido de exercer a sua função de padre, mas, ainda tenta reaver o seu prestígio novamente, em meio ao seio da Igreja. Sua excomunhão foi dada especialmente por uma postura da Igreja em eliminar o sincretismo que havia se associado ao catolicismo nos mais diversos contextos (MATTOS, 2012, p.109), que poderiam então gerar graves problemas para a Igreja Católica.

A confirmação do milagre poderia ter graves implicações teológicas, pois a presença de sangue divino levantava a possibilidade de uma Segunda Redenção. Além disso, a confirmação do milagre traria problemas também internos e o perigo de um movimento cismático, na medida em que surgia entre os padres do Nordeste um sentimento de nacionalidade, na verdade uma espécie de resistência à entrada maciça de padres e ordens estrangeiros. (HERMANN, 2010, p.131-132)

Apesar de todo o ocorrido e a excomunhão do padre, o jornal *O Apóstolo* manteve-se fiel ao “Milagre de Juazeiro”, tomando uma postura de sempre relatar algo sobre o ocorrido e reforçando que realmente houve um milagre, uma vez que, em algumas edições, eram feitas menções a médicos e pessoas ligadas à Igreja, que viram de perto e comprovaram o milagre.

De fato, examinando nesta ocasião a lingua da referida beata, verifiquei, com meus olhos, que a particula estava quase toda transformada em uma posta sanguínea, menos na parte central, na qual se divulgava ainda uma pequena porção da particula com sua cor quase natural.

Em seguida a mim continuaram a examinar o factio grande numero de cidadãos de reputação insuspeita; e, desejando continuar a observar o factio alludido, pedi ao Rvd. Padre Cicero que fizesse remover grande parte do povo que nos cercava, afim de que houvesse bastante luz para proseguir no

meu exame, que fiz com a mais acurada atenção; e nesta ocasião observei que a partícula estava já compeltamente transformada em sangue vivo, rubro, que poderia ser reconhecido a olhos nus por qualquer pessoa, mesmo que não fosse um profissional.

Este sangue assim descripto tomava a forma de uma coração humano e acima deste coração assim descripto, observava-se uma ulcera na parte anterior e média da lingua, cujos bordos eram salientes, e se elevavam bastante na lingua, de modo a ser este facto também verificado por mim e um grande numero de cavalheiros da primeira sociedade.

Minutos depois, quando tornei a aproximar-me para proceder a novo exame na lingua da referida beata, já não encontrei nada do que antes havia observado com muita atenção.

O sangue tinha desaparecido completamente e bem assim a ulcera ou chaga como chamavam as outras pessoas que commigo foram testemunhas do facto, não ficando absolutamente na lingua o menor vestigio dos phenomenos que acabavam de operar-se. (O Apóstolo, 31 de maio de 1891, anno xxv, n.59, p.3)

O caso de Juazeiro ainda causa controvérsias, uma vez que, é comum entre os historiadores vincularem o caso do Milagre de Juazeiro, a um movimento messiânico, como afirma Hermann. Em contra partida, há quem defenda, como o caso do Duglas Teixeira Monteiro, onde afirma que essas crenças estavam desde a atuação de Cícero em Juazeiro, mas que por ele foram limitadas (Monteiro, apud, MONTEIRO, 2010, p.94). Outra concepção dada ao movimento de Juazeiro foi o de associá-lo a um *movimento messiânico rústico*, como fora elaborado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, no seu livro, *Movimentos messiânicos no Brasil*.

A partir do movimento em que dois grandes santos autóctones figuraram nos oratórios rústicos – Padre Cícero, no Nordeste, e João Maria, no Sul – polarizaram em torno de si a espera messiânica, e as lendas correntes gravitaram-lhes em redor. Daí em diante, passaram a ser os heróis messiânicos, e se reencarnaram em várias figuras, dando lugar ora a embriões de movimentos, prestes abafados, ora a movimentos que plenamente desabrocharam. Enquanto no sul não temos notícia de nenhum importante, pela sua extensão e duração, no nordeste vários tiveram lugar dignos de estudos, que apenas começam a ser efetuados (Perreira de Queiroz, apud, MONTEIRO, 2010, p.96)

O segundo movimento messiânico combatido pela Igreja Católica foi o de Canudos. Tal qual foi discutido anteriormente, houve uma divisão sobre o “Milagre de Juazeiro”. Apesar da condenação de Roma e do Bispado brasileiro, uma outra parcela do Clero acreditava, como o caso do jornal *O Apóstolo*, que apesar das restrições, ainda travava o caso de Juazeiro como milagre.

O temor à reescravização e a desconfiança das autoridades civis estão na base da recusa dos habitantes de Canudos ao registro civil republicano. Durante algum tempo, as autoridades da região negociaram com Antônio Conselheiro, entretanto, como a do padre Cícero. Ao contrário, com base na gramática do catolicismo popular, radicalizou sua leitura da ordem republicana e foi à guerra contra ela. (MATTOS, ano, p.112)

Abordando Canudos, é possível observar que, assim como em Juazeiro, o sincretismo religioso também esteve presente no arraial, além das questões óbvias de poder e rebeldia frente ao Regime Republicano, já que, conselheiro e seus seguidores, não reconheciam a República como sua autoridade. Essa questão sincrética consegue-se observar melhor, quando tomamos o ponto de vista do jornal *O Apóstolo*, que teve como depoimento três padres que estiveram no arraial do conselheiro e relatam suas experiências.

Antonio Conselheiro, cujo de familia é Antonio Vicente Medes Maciel, cearense, cor branca tostada ao sol, magro, alto de estrutura, tem certa de 65 annos e pouco vigor physivo, parecendo soffrer alguma affecção organica por frequentes e violentos acessos de tosse a que é sujeito.

Com uma certa reputação de austeridade de costumes, envolvem-no também, e concorrem para alimentar a curiosidade de que é alvo e o prestígio que exerce, uma vagas, mas insistentes supposições da expiação rigorssa de um crime cometido, aliás, em circumstancias attenuantes.

Nignuém póde fallar-lher a sós, porque seus pretorianos não deixam, ou receiando pela vida do chefe, ou para não lhes escapar nenhum de seus movimentos e resoluções.

Antonio Conselheiro, inculcando zelo religioso, disciplina e orthodozia catholica, não tem nada disso; pois contesta o ensino, transgredindo as leis e desconhece as autoridades ecclesiasticas, sempre que de algum modo lhe contrariam as idéias, ou os caprichos; e arrastando por esse caminho os seus infelizes sequazes, consente ainda que elles lhe prestem homenagem que importam um culto, e propalem em seu nome doutrinas subversivas da ordem, da mora e da fé. (*O Apóstolo*, 17 de julho de 1895, anno. Xxxi, n. 80, p.2)

Diferente do movimento de Juazeiro, a história do povoado de Canudos trilhou por outro caminho. Depois de enviadas três expedições sem êxito algum, sendo assim uma quarta e última foi organizada, sendo orquestrada totalmente diferente das anteriores.

A quarta e última expedição de a Canudos foi planejada de forma bastante diferente das demais; Sabedoras de que os conselheiristas haviam aumentado seu potencial ofensivo com os armamentos deixados pelo Exército, sabiam também que não venceriam os sertanejos com uma única investida, as Forças de todo o país foram mobilizadas e um plano estratégico foi montado para debelar os conselheiristas a tomar Canudos. Dois dias depois da morte de Moreira Cérsar, dia 6 de março de 1897, teve início a organização da expedição. Mais de 10.000 homens, comandados pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, foram para Queimadas, local de instalação da base de operações. Foi uma longa e penosa etapa, que se arrastaria até 5 de outubro de 1897, data da entrada do Exército no arraial de Canudos. Todos os combatentes foram degolados, algumas mulheres e crianças ficaram à mercê das tropas sobre o que sobreviveram ainda pouco se sabe. Antônio Conselheiro morreu no dia 22 de setembro, de causa desconhecida, e seu corpo só foi encontrado pelas tropas no dia seguinte. (HERAMNN, 2010, p.143)

Utilizando o jornal *A União*, observar-se a postura religiosa em mostrar os desvirtuamentos de suas doutrinas e ensinamentos, adotados por Conselheiro em seu arraial.

Antonio conselheiro arvorava uma bandeira com symbolo christão, e os nossos bravos soldados, vendo-a e comparando-a com o lábaro astronomico sectário, debandaram duas vezes.

Foi necessário, para que fosse bem succedida a terceira expedição, fazel-a acompanhar de caellães e com energica proclamação concitar os soldados á defesa da religião conspurcada pelos fanáticos.

Si a historia nos aponta exercitos impios levando de vencida povos religioso, a reflexão e o espirito christão nos ensinam que elles são instrumentos terriveis, mas ephemeros, da justiça divina contra os erros e crimes dos vencidos. (*A União*, 11 de janeiro de 1905, ann 1, n.11, p.1)

Juazeiro e Canudos teriam suas similaridades, partindo do ponto de vista de Maria Queiroz, ambas aconteceram no Nordeste brasileiro e passavam por dificuldades, e encontraram tanto em conselheiro quando e pr. Cícero, uma forma de libertação, encontraram neles uma salvação.

Diversos caminhos, que nos importam aqui, foram por ela palmilhados. Antecedendo o advento do Messias, haveria de ter, como fato pôde ser averiguado em diversos casos, um “tempo de expectativa messiânica”, em que um líder espiritual, um “pré-messias”, viria anunciar a chegada do redentor (PERREIRA DE QUEIROZ, 1965, p.8). As bos novas (os tais mil anos) que trazia nunca eram voltadas para um indivíduo, mas sim para toda a coletividade, algo que – acreditava a autora, com base em estudos de Max Weber sobre o povo judeu – se liga ao fato da salvação pessoal estar entrelaçada à nacional. Retornamos, mais uma vez, à origens hebraicas das potencialidades do Messias, voltadas sempre para a sociedade, para a comunidade, para o povo israelense. (MONTEIRO, 2010, p.97)

Sendo assim, Canudos e Juazeiro caem na mesma questão, que seria, segundo a visão da Igreja, a deturpação de seu pensamento e de suas práticas. Padre Cícero, com seu milagre, teria angariado mais e mais fieis, fortalecendo com bases na religião e na política a região do nordeste. Mas, segundo a visão católica, a grade “afrota” do religioso foi pleitear o reconhecimento de seus milagres, o que seria totalmente contrário a sua concepção, uma vez que a Igreja Ultramonta não questionaria uma ordem vinda direta do Papa. Conselheiro, também teria deturpado os ensinamentos religiosos, utilizando ritos católicos e modificando-os, além de propagá-los entre os moradores do arraial e de colocar sobre si um julgo santo. Ou seja, ele passou a exercer uma função sacerdotal, sem ligar-se ao catolicismo e criando uma crença quase que própria do arraial.

Percebe-se que essa atuação da Igreja Católica não foi algo exclusivo do Período Imperial, uma vez que, mesmo com a transição da Monarquia para a República, a Igreja

continuava voltada para a sua defesa e a da sociedade. Isso fica claro diante da permanência da doutrina ultramontana no meio religioso. Novamente, através de papel e tinta, relatando o mal que esses ideais subversivos estavam trazendo para a população e, mostrando para seus leitores o quão prejudicial eram alguns tipos de pensamento, a igreja conclamava seus fiéis a lutar contra a “imoralidade”, não deixando-a entrar em seu seio familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas, para além da questão religiosa, é importante ressaltar uma especificidade em relação ao governo republicano vigente. Apesar de a Igreja Católica fazer severas censuras às formas de governo, ela, pautada nos ideais ultramontanos, em nenhum momento colocou-se contra a forma de governo republicana. Essa ação infringiria um dos pressupostos estabelecidos por Pio IX, o de não ir contra nenhuma forma de governo estabelecida em um país. Essa ação, quando necessária, deveria realizar-se sobre as idéias e grupos que se opusessem diretamente à Igreja Católica. Por isso, para além de Canudos ser condenado devido autoafirmação de um Conselheiro Messias, houve também a crítica à mescla, nesse espaço, da religião com o não reconhecimento da transição da Monarquia para a República.

A título de conclusão, cabe ressaltar que, diante da leitura dos periódicos católicos selecionados, evidencia-se uma postura da Igreja Católica defensora da sociedade e portadora da verdade, acusando os “males” do pensamento moderno dentro do governo e as suas intenções mais diretas, visto o que ocorria no mundo e que era relatado constantemente nesses periódicos. Evidencia-se, ainda, a sua proposta para com a população, relacionada com o afastamento de Deus e do que é sagrado, divino e Moral, impulsionando que essa sociedade entrasse em ruínas. Compreende-se, desta forma, a ação, de meados do século XIX ao início do século XX, de uma Igreja tentando a todo custo manter os seus fiéis, seu reconhecimento enquanto religião soberana do Brasil e a preservação da fé católica, uma vez que estava sendo ameaçada por pensamentos “subversivos” e “contagiosos”. A Doutrina Ultramontana passou a ser, portanto, uma marca da Igreja Católica nesse período, definindo seu posicionamento político, medidas e valores, que foram extremamente divulgados em seminários, missas e, também, nos jornais católicos que circulavam e difundiam os seus ideais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: Teatro das Sombras. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **A Humanidade como Deusa**: o movimento positivista brasileiro defendeu os direitos dos negros, das mulheres e dos operários. Revista de história.com.br, 2007. Disponível em: ww.revistadehistoria.com.br/secao/artigosrevistas/a-humanidade-como-deusa.

CIFUENTE, Rafael Llano. **Relação entre Igreja e Estado**: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988, 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República** - Momentos Decisivos.. -6ªed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**: sociedade e Instituições (1889-1930). In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: 1984, tomo III, volume2.

MONTEIRO, Filipe Pinto. **Messianismo, Milenarismo e Catolicismo (Popular) no discurso intelectual das ciências humanas e sociais**: apontamentos preliminares para uma Questão Conceitual. Revista Teoria da História, 4 de dezembro de 2010.

MOREL, Marco. **O poder da maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.